



POLÍCIA FEDERAL

LICIT. PROJETO BÁSICO Nº 25929771/2022-SEPAP/DCRIM/INI/DIREX/PF

Processo nº 08203.001055/2021-03

1. DO OBJETO

1.1. Contratação da instituição *Elite Forensic Services, LLC*, responsável pela realização do evento denominado “Técnicas Avançadas do Método ACE-V” para especialistas em impressões digitais” a ser realizado nos dias 27 de fevereiro a 3 de março de 2023, na cidade de Brasília/DF, com duração de 40 h/a, no qual serão abordados temas de grande relevância para capacitação e aprimoramento dos Papiloscopistas Policiais Federais nas atividades relacionadas à identificação de pessoas a partir de exame de impressões papilares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

| ITEM (SERVIÇO) | LOCAL DE EXECUÇÃO | QUANTIDADE | HORÁRIO/ PERÍODO | VALORES |
|-------------------|----------------------|------------|--|---|
| 1 | Brasília/DF | até 30 | Integral 8h30 às 12h30 13h30 às 17h30 | US\$ 22.940,00 ou aproximadamente R\$ 118.801,67 (cotação dólar em 13/09/2022) |

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.3. O contrato ou instrumento equivalente terá vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

1.4. O prazo de execução dos serviços será de 5 (cinco) dias, com início em 27 de fevereiro de 2023, na forma que segue:

1.4.1. No dia 27 de fevereiro de 2023, a partir das 8h00 (oito horas), horário de Brasília/DF, será aberto o período para realização de credenciamento e retirada dos materiais pelos participantes. No mesmo dia, às 8h30 (oito horas e trinta minutos), será dada a abertura ao evento de capacitação.

1.4.2. No período de 27 de fevereiro a 3 de março de 2023 o evento será realizado de 08h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, sendo os horários das 12h30 às 13h30 destinado ao intervalo para almoço.

1.4.3. O evento seguirá até às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos) do dia 3 de março de 2023, com a entrega dos certificados.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 22045594), apêndice deste Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 22045594), apêndice deste Projeto Básico.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem contratados possuem natureza de serviços não-continuados, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e enquadram-se nos pressupostos do

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.1.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DO SERVIÇO

5.1. A presente contratação será feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25, inciso II combinado com artigo 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666, de 1993, pelos seguintes fundamentos:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto da contratação.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

5.1.1. Nesse sentido, é a recomendação exarada pela Advocacia-Geral da União através da Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, com redação dada pela Portaria nº 382, de 21 de dezembro de 2018:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos.

O Art. 25, caput, como fundamento, impõe a constatação da inviabilidade de competição por ausência de critério objetivo de seleção ou por exclusividade do objeto perseguido pela administração, mediante robusta instrução dos autos do processo administrativo, sem prejuízo da fiscalização e controle ainda maiores por parte dos órgãos competentes.

A motivação legal com base no Art. 25, inciso II, da Lei Nº 8.666, de 1993, exige a identificação dos requisitos da notória especialização e da singularidade do curso."

5.1.2. Em decisão registrada pelo nº 578/2002 do Plenário do Tribunal de Contas da União, a Corte de Contas assim se pronunciou:

"Considere que as contratações de professor, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de contratação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n.º 8.666/1993".

5.1.3. No entanto, conforme doutrina e jurisprudência sobre o tema, para contratação por meio de inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, existe a necessidade de preenchimento de três pressupostos básicos, quais sejam: 1)

serviço técnico especializado previsto no artigo 13, também da Lei nº 8.666/93; 2) natureza singular do serviço; e 3) notória especialização do contratado. Esse é o teor da Súmula 252 da Corte de Contas:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

5.1.4. Trata-se a presente contratação de um serviço de treinamento em área de conhecimento estritamente técnico, restando assim atendido o primeiro requisito para a inexigibilidade de licitação.

5.1.5. Quanto a singularidade do objeto, o renomado doutrinador Celso Bandeira de Mello, em seu Curso de Direito Administrativo (2005, p. 497), afirma: "são licitáveis unicamente (...) bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais". Assim, conforme disposto por Luiz Cláudio de Azevedo Chaves (2014), na edição de jan/abr da Revista do Tribunal de Contas da União, o art. 25-II, da então Lei Geral de Licitações (Lei nº 8.666/1993), reconhece que os serviços técnicos especializados dotados de peculiaridade em suas características intrínsecas são incomparáveis entre si, mesmo que haja pluralidade de soluções e/ou executores.

5.1.6. Chaves (2014) destaca, também, que o objeto nuclear da contratação de treinamentos é a aula, o fazer do professor. Por consequência, é a metodologia didático-pedagógica, os recursos instrucionais e a aplicação do conteúdo programático que viabilizam a realização do objeto. A aula, por natureza, não é um serviço usual, executado de forma padronizada. Cada professor possui características próprias e especiais que constituem seu repertório singular, envolvendo empatia, didática, manejo de grupos, expertise técnica e experiências pessoais. Cada turma, por sua vez, tem características próprias e é na relação única estabelecida entre professor e aluno/turma que a aprendizagem acontece.

5.1.7. No caso específico da presente contratação, o curso será ministrado pelos profissionais com a mais vasta experiência no tema, altamente capacitados e que oferecem o melhor curso na metodologia que se pretende difundir, conforme apontados nos itens abaixo.

5.2. A escolha do prestador do serviço *Elite Forensic Services, LLC* foi feita com base nas seguintes razões:

5.2.1. A Polícia Federal tem buscado aperfeiçoar e padronizar o processo de identificação humana a partir das impressões digitais. Essa busca, necessariamente demanda constante capacitação dos servidores especialistas em impressões digitais.

5.2.2. O método de exame baseado na Análise, Comparação, Avaliação (ACE-Analysis, Comparison, Evaluation) e Verificação (V-Verification) é descrita pela SWGFAST - Scientific Working Group on Friction Ridge Analysis, Study and Technology/FBI (Grupo de Trabalho Científico sobre Análise, Estudo e Tecnologia de Cristas de Fricção do FBI), atualmente pertencente ao FRS - Friction Ridge Subcommittee (Subcomitê de cristas de fricção) da OSAC - Organization of Scientific Area Committees (Organização de Comissões de Áreas Científicas).

5.2.3. O ACE-V é a descrição de um método que compara os detalhes presentes nas impressões digitais: formula hipóteses sobre a origem da impressão, realiza experimentos para determinar se há concordância ou discordância entre os detalhes encontrados, analisa as coincidências e divergências desses detalhes, interpreta a avaliação e refaz o exame, com o objetivo de determinar se a conclusão pode ser reproduzida ou não, garantindo confiabilidade ao processo de individualização.

5.2.4. O treinamento dos servidores na metodologia de Análise, Comparação, Avaliação e Verificação (ACE-V) é o mais adequado para satisfazer essa necessidade, pois a aplicação da referida metodologia contribui para a diminuição das taxas de erro e o aumento da eficácia da identificação de pessoas, tornando-a mais confiável.

5.2.5. Por ser o método mais confiável, o ACE-V é recomendado pela Associação Internacional de Identificação (IAI – International Association for Identification), a maior e

mais antiga associação forense do mundo, como também pela Rede Europeia de Institutos de Ciências Forenses (ENFSI - European Network of Forensic Science Institutes), um grupo de especialistas em ciências criminal forense reconhecido mundialmente.

5.2.6. No intuito de melhorar seus procedimentos e preocupado com o aperfeiçoamento profissional dos servidores especialistas em impressões digitais, desde 2017, o Instituto Nacional de Identificação – INI publicou o Manual do Método de Exame ACE-V e instituiu o curso denominado “Metodologia de Confronto de Impressões Papilares – Método ACE-V”, pelo Plano Anual de Capacitação, com carga horária de 36 e 40 horas (SEI 25852643 e 25852668) Esse treinamento proporciona o conhecimento básico para a aplicação da metodologia de confronto de impressões papilares. Entretanto, a correta aplicação da metodologia demanda um estudo mais avançado e a partir dele o aprimoramento da metodologia atualmente empregada, conferindo maior robustez e credibilidade ao processo de identificação pelas impressões papilares.

5.2.7. Por essa razão, a Diretoria Executiva da Polícia Federal publicou, recentemente, em sua Portaria nº 32, de 11 de maio de 2022, o Procedimento Operacional Padrão de Confronto Papiloscópico – POP-PER-TC004, que determina que as rotinas no âmbito da identificação civil e criminal realizadas na Polícia Federal devem utilizar o método ACE-V, recomendado mundialmente (SEI 25852737).

5.2.8. No mercado nacional não existem especialistas e tampouco instituições capazes de oferecer o treinamento necessário, e no mercado internacional existem profissionais e instituições que ensinam a metodologia. Porém, somente a Elite Forensic Services é capaz de atender as necessidades da Polícia Federal, haja vista a singularidade do treinamento oferecido por aquele instituto.

5.2.9. O curso em comento é singular, pois não foi encontrado outro idêntico no mercado, que melhor se adeque as necessidades do órgão. Ele atende a necessidade da Administração, pois aborda com profundidade temas essenciais da metodologia ACE-V, exigindo dos participantes conhecimento prévio da metodologia, o que o torna único, haja vista a compatibilidade com o curso que já é oferecido pelo INI.

5.2.10. Além disso, o instituto exige experiência prévia dos servidores para garantir o bom aproveitamento do treinamento. Os alunos devem ter, no mínimo, 2 anos de experiência em impressões latentes, ou 8 anos de experiência em impressões decadactilares. Essa exigência é necessária, visto que a capacitação aborda tópicos complexos, como: taxas de erro, mecanismos de distorção, casos relevantes, elaboração de documentos e preparação para credenciamento. Também trata a integração da metodologia com os Sistemas Automatizados de Impressão Digital, adequado para aprofundar os temas tratados no curso oferecido pelo INI.

5.2.11. O curso pretendido possui carga horária estendida e modo presencial, o que permite a aquisição de experiências multissensoriais, o desenvolvimento de atividades práticas, a possibilidade de tirar dúvidas e a troca de informações e conhecimentos entre os participantes e os palestrantes, enquanto que cursos semelhantes apresentam carga horária reduzida e modelo telepresencial.

5.2.12. O sucesso do evento depende, além do conteúdo proposto da, contratação de profissionais com expertise na matéria, com didática e domínio dos mais variados temas que circundam o assunto. Os palestrantes PhD Glenn Langenburg, profissional renomado, que se destaca internacionalmente na comunidade forense por seu notório conhecimento no procedimento técnico-científico de maior eficiência para fins de identificação humana, a partir das impressões digitais; e a cientista Carey Hall são imprescindíveis para garantir a qualidade do treinamento em questão.

5.2.13. O instrutor PhD Glenn Langenburg é examinador de impressões digitais certificado e com experiência na área de identificação. Trabalhou no Departamento de Apreensão Criminal de Minnesota, nos Estados Unidos da América, por mais de 19 anos. Considera-se sua capacidade didática, o conhecimento e a sua habilitação específica, na aplicação da metodologia de Análise, Comparação, Avaliação e Verificação (ACE-V) em exames de confronto de impressões digitais. Além disso, possui estudos, vasta experiência e publicações na área de atuação, que demonstram o seu desempenho anterior, o aparelhamento,

a organização e a qualificação de sua equipe técnica, que compõe a instituição Elite Forensic Services, LLC da Ron Smith and Associates, INC.

5.2.14. A co-instrutora Carey Hall é uma cientista forense que trabalha no Departamento de Segurança Pública em Saint Paul, Minnesota, Estados Unidos da América. Carey é uma examinadora de impressões latentes certificada pela I.A.I. (International Association for Identification) e trabalha com impressões latentes desde 2008. Anteriormente, ela foi contratada pelo Departamento de Polícia de Phoenix e agora tem uma perspectiva única sobre a variedade de diferentes políticas de escritório, fluxo de trabalho e tecnologia em várias agências. Mestre em Estudos Jurídicos pela Faculdade de Direito, na Universidade Estadual do Arizona, onde trabalhou para entender melhor as críticas à ciência forense e como ela pode ser aprimorada. Os maiores interesses de Carey são: o estabelecimento de padrões e a criação de políticas, especificamente, como a pesquisa científica e empírica podem levar à adoção de melhores políticas.

5.2.15. O conhecimento e as habilidades que serão adquiridas com o curso são imprescindíveis para auxiliar os especialistas a entender cada aspecto do processo ACE-V e a melhorar a compreensão da análise Qualitativo-Quantitativo da impressão digital, devido ao elevado grau de profundidade em que os conhecimentos são abordados.

5.2.16. Ademais, o treinamento ajudará os servidores a integrar a rotina de confronto utilizando o método ACE-V com o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS, aumentará a confiança dos examinadores na tomada de decisões e a capacidade de preparar os relatórios técnicos. O curso também desenvolverá habilidades para os especialistas testemunhar em casos de vestígios de impressões digitais.

5.2.17. Da mesma forma, a disseminação dessa metodologia, contribuirá para a padronização dos processos de identificação humana, internamente, e em âmbito nacional, o que é compatível com o interesse público.

5.2.18. Sendo assim, conclui-se que, somente o curso oferecido pela Elite Forensic Services é adequado para a satisfação da necessidade da Administração Pública – capacitação profissional e padronização dos processos de identificação humana – posto que é único, no que diz respeito as matérias oferecidas e grau de profundidade em que os temas são abordados, além de ser extremamente compatível com o curso já oferecido pelo INI, o que o torna essencial para atender a necessidade da Polícia Federal.

5.2.19. Assim, a solução atende o escopo da contratação direta, por inexigibilidade, visto que a competição entre eventuais licitantes se mostra inviável, devido a singularidade do curso ofertado, bem como da notória especialização dos profissionais, atendendo aos demais requisitos de inexigibilidade.

5.2.20. A experiência nas contratações de cursos de capacitação permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, já que as obrigações das partes se encerram com a execução dos serviços e aceite pela Administração Pública, sem riscos de defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. A contratação de serviço técnico profissional especializado em aperfeiçoamento de pessoal para até 30 (trinta) Papiloscopistas Policiais Federais, mediante curso presencial sobre aplicação da metodologia de Análise, Comparação, Avaliação e Verificação (ACE-V) em exames de confronto de impressões digitais com o objetivo de ampliar referenciais e aprofundar noções de conhecimento na área de identificação humana por meio de estudos das impressões digitais. E, com isso, fornecer subsídio para sistematizar os procedimentos adotados para identificação de pessoas no campo da segurança pública no país.

6.1.2. É imprescindível que a ação de capacitação seja realizada de forma presencial, em ambiente adequado, com disponibilização de todos os materiais, equipamentos e recursos necessários ao aperfeiçoamento profissional, uma vez que o emprego da metodologia ACE-V requer exercícios práticos diários no confronto de impressões papilares.

6.1.3. O local escolhido e reservado para a realização do evento foi o auditório do COT – Comando de Operações Táticas da PF, na SAIS quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul em Brasília/DF.

6.1.4. O sucesso do evento depende do conteúdo proposto e da contratação de profissionais com expertise na matéria, com didática e domínio dos mais variados temas que circundam o assunto.

6.1.5. Considerando que os instrutores ministram o curso em inglês, para garantir o melhor aproveitamento do conteúdo pelos participantes, será necessário contratar mecanismo de tradução simultânea inglês-português-Inglês, em quantidade suficiente para até 30 (trinta) participantes.

6.1.6. O evento terá, no mínimo, 40 (quarenta) horas-aula de duração, distribuídos em 5 (cinco) dias, de modo a conseguir abordar as principais temáticas e atualizações sobre a matéria.

6.1.7. Fica a cargo do contratado a emissão do certificado para todos os participantes do curso.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O evento ocorrerá na cidade de Brasília/DF, no período de 27 de fevereiro a 3 e março de 2023, das 8h30 às 17h30.

7.1.2. Os participantes indicados deverão comparecer ao auditório do COT – Comando de Operações Táticas da PF, na SAIS quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul em Brasília/DF, nos dias e horários determinados, para assistir ao evento de capacitação.

7.1.3. A carga horária é de 40 (quarenta) horas aula, sendo admitida falta justificada de até 10 % (dez por cento) para recebimento do certificado de participação.

7.1.4. Ficará sob responsabilidade da Polícia Federal a disponibilização do auditório, contratação de tradução simultânea inglês-português-Inglês, em quantidade suficiente para os 30 (trinta) participantes, equipamentos e recursos tecnológicos de projeção visual, pessoal de apoio de limpeza e conservação, imprescindíveis à manutenção da qualidade do evento.

7.1.5. A contratada deverá oferecer treinamento ministrado por professores experientes e renomados na área de técnicas avançadas do Método ACE-V para especialistas em impressões digitais, material de apoio, bem como a emissão do certificado de participação.

7.2. A execução dos serviços será iniciada em 27 de fevereiro de 2023, na forma que segue:

7.2.1. No dia 27 de fevereiro de 2023, a partir das 8h00 (oito horas), horário de Brasília/DF, será aberto o período para realização de credenciamento e retirada dos materiais pelos participantes. No mesmo dia, às 8h30 (oito horas e trinta minutos), será dada a abertura ao evento de capacitação.

7.2.2. No período de 27 de fevereiro a 3 de março de 2023 o evento será realizado de 08h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, sendo os horários das 12h30 às 13h30 destinado ao intervalo para almoço.

7.2.3. O evento seguirá até às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos) do dia 3 de março de 2023, com a entrega dos certificados.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais didáticos, exercícios para as atividades práticas e emissão do certificado de participação, nas quantidades e qualidades, suficientes ao número de participantes, ou seja, até 30 (trinta) Papiloscopistas Policiais Federais, promovendo sua substituição quando necessário, após comunicação e aprovação pela contratante.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados.
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato ou instrumento equivalente;
- 9.7. Realizar avaliação da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 9.10. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas.
- 9.11. Disponibilizar o auditório da Polícia Federal do COT – Comando de Operações Táticas da PF, na SAIS quadra 7 Lote 23, Setor Policial Sul em Brasília/DF, nos dias e horários determinados, bem como recursos áudio visuais e serviços de limpeza e conservação do ambiente.
- 9.12. Prover a contratação de tradução simultânea inglês-português-Inglês, em quantidade suficiente para até 30 (trinta) participantes.
- 9.13. Indicar os servidores que participarão da capacitação.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos instrutores necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficientes à realização do evento.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou instrumento equivalente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 10.4. Utilizar instrutores habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato ou instrumento equivalente até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de

Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato ou instrumento equivalente, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato ou instrumento equivalente;

10.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

10.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato ou instrumento equivalente.

12. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato ou instrumento equivalente; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato ou instrumento equivalente.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A experiência nas contratações de cursos de capacitação permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, já que as obrigações das partes se encerram com a execução dos serviços e aceite pela Administração Pública, sem riscos de defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

13.2. Nessa esteira, o caput do artigo 62 da Lei nº 8.666/93 dispõe:

“O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço”.

13.3. Destarte, considerando que o valor total da contratação se encontra abaixo dos limites informados no normativo retro, optou-se por dispensar o instrumento contratual.

13.4. As tratativas relacionadas à execução do objeto poderão ser efetivadas mediante correspondência eletrônica, telefone ou qualquer outro meio hábil de comunicação entre os contratantes.

13.5. Considerando que a contratação em epígrafe se trata de evento de capacitação, cujo conteúdo e organização são oferecidos pela empresa promotora, sendo livre a adesão por qualquer interessado, o critério adotado para pagamento será a satisfação dos compromissos assumidos na proposta comercial e no folder do evento.

13.6. Na mesma linha, o pagamento somente será realizado após emissão de documento fiscal pela empresa contratada e ateste por servidor designado para fiscalização da execução dos serviços.

13.7. A fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato ou instrumento equivalente.

13.12. A fiscalização técnica do contrato ou instrumento equivalente avaliará constantemente a execução do objeto.

13.13. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.14. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.15. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.16. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.

13.18. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, ~~semanal ou mensal~~, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Cumprimento da carga horária prevista;

14.2.1. Qualidade na prestação do serviço, primando pela expertise técnica, didática, manejo de grupos e empatia.

14.2.2. Fornecimento de materiais didático e exercícios práticos essenciais ao melhor aproveitamento dos participantes;

14.2.3. Fornecer certificados para todos os servidores participantes do evento, que tiverem 90% (noventa por cento) de aproveitamento do evento;

14.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.3.1. não produziu os resultados acordados;

14.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento definitivo será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, equipe de fiscalização, deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato ou instrumento equivalente.

15.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou instrumento equivalente, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato ou instrumento equivalente e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou instrumento equivalente, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato ou instrumento equivalente e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato ou instrumento equivalente, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato ou instrumento equivalente em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \left(\frac{6}{100} \right)^{\frac{N}{365}}}{365} \quad \begin{matrix} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{matrix}$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis:

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual, tendo em vista que a contratação não gera riscos substanciais para a Administração Pública. Nesses termos, considerando que o pagamento pelos serviços somente ocorrerá após o adimplemento das obrigações, a não ocorrência do evento ou falhas apresentadas na execução serão descontadas do valor a ser pago pela contratante.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato ou instrumento equivalente, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou instrumento equivalente, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. **Multa de:**
 1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato ou instrumento equivalente, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--------------------------------------|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor contratado |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor contratado |

| | |
|---|--------------------------------------|
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor contratado |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor contratado |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor contratado |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|---|--|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Cumprir quaisquer dos itens deste Projeto Básico, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 7 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS.

20.1. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU;

20.2. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

20.3. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, para participarem dos procedimentos de licitação, dispensa, inexigibilidade e nos contratos administrativos, poderão se cadastrar no SICAF, mediante código identificador específico fornecido pelo sistema, observadas as seguintes condições:

20.3.1. I – os documentos exigidos para os níveis cadastrais poderão ser atendidos mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre; e

20.3.2. II – para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços:

20.3.2.1. a) os documentos de que trata o inciso I deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas; e

20.3.2.2. b) deverão ter representante legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

20.3.2.3. §1º No caso de inexistência de documentos equivalentes para os níveis cadastrais de que trata o inciso I, o responsável deverá declarar a situação em campo próprio no SICAF.

20.3.2.4. §2º A solicitação do código de acesso de que trata o caput deverá se dar nos termos do disposto no Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.”

20.3.3. As empresas estrangeiras que funcionem no País, autorizadas por decreto do Poder Executivo na forma do inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993, devem se cadastrar no SICAF com a identificação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme previsto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 - SEGES/MP.

20.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

20.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

20.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

20.7. O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

20.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

20.9. Para fins de contratação, deverá a contratada comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

20.10. Habilitação Jurídica:

20.10.1. Decreto de autorização (adotar este item caso se trate de **sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País**)

20.10.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

20.11. Regularidades Fiscal e Trabalhista:

20.11.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21. **DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO.**

21.1. O custo da contratação é de U\$ 22.940,00 (vinte e dois mil, novecentos e quarenta dólares americanos) o que equivale a aproximadamente R\$ R\$ 118.801,67 (cento e dezoito mil, oitocentos e um reais e sessenta e sete centavos), conforme cotação realizada em 13/09/022, e sua razoabilidade encontra-se demonstrada, conforme procedimentos e justificativas constantes do documento SEI 25064314.

22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 200334/00001 – CGAD/DLOG/PF

UG Emitente: 200336 – Coordenação de Orçamento Finanças Contabilidade

Gestão Emitente: 00001 – Tesouro Nacional

Nota de Crédito: Nº 2022NC000285 (SEI 25065707)

Brasília, 19 de setembro de 2022

LUCIENE MARQUES DA SILVA
Papiloscopista Policial Federal
Chefe do SEPAP/DCRIM/INI/DIREX/PF

PRISCILLA DE JESUS ROSCIA
Papiloscopista Policial Federal

INI/DIREX/PF

APROVAÇÃO Considerando a necessidade de constante capacitação, atualização e valorização dos servidores que atuam na área de identificação, com vistas a melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas e a padronização dos procedimentos utilizados pela Polícia Federal, aprovo o presente Projeto Básico destinado a contratar a ação de capacitação denominada “Técnicas Avançadas no Método ACE-V para especialistas em impressões digitais”.

BRASÍLIO CALDEIRA BRANT
Papiloscopista Policial Federal
Diretor do Instituto Nacional de Identificação

SANDRO TORRES AVELAR
Delegado de Polícia Federal
Diretor Executivo

Anexos:

I – Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 22045594)

II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

ANEXO II
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
(Avaliação da qualidade dos serviços)

| Indicador | |
|--|--|
| Nº 01 – Realização do curso nos termos oferecidos pela contratada em sua proposta | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada em sua proposta. |
| Metas a cumprir | 1 – Realizar 40 (quarenta) horas de curso. 2 – O curso deverá ser ministrado pelos profissionais prometidos pela contratada, ou, na impossibilidade do comparecimento destes profissionais, devidamente justificada, a substituição por outros reconhecidos na área do treinamento. 3 – Oferecer o material didático e o certificado de participação no evento. Tradução simultânea inglês-português-inglês |
| Instrumento de medição | Os servidores que participarão do evento serão os responsáveis por verificar se as metas traçadas foram cumpridas pela contratada. |
| Forma de acompanhamento | Através dos servidores que participarão do evento. |
| Periodicidade | Durante a realização do curso. |
| Mecanismo de Cálculo | As 3 metas a serem cumpridas serão avaliadas individualmente. Assim, para cada falha apontada, serão descontados os seguintes pontos na faixa de ajuste no pagamento: Item 1: 40 a 38 horas de capacitação – 0 pontos; 36 a 37 horas de capacitação – 1 ponto; Abaixo de 36 horas de capacitação – 2 pontos; Item 2: Deixar de entregar o material didático – 1 ponto; Deixar de entregar os certificados de participação – 2 pontos; Item 3: Ocorrer falha na tradução simultânea inglês-português-inglês que impossibilitem o aproveitamento no curso – 3 pontos Item 4: |

| | |
|--------------------------------------|--|
| | Substituir os profissionais inicialmente indicados por outros sem qualificação necessária na área do curso - 4 pontos. |
| Início de Vigência | 27 de fevereiro de 2023 |
| Faixas de ajuste no pagamento | Até 2 pontos – 100% do valor da contratação. De 3 a 4 pontos – 90% do valor da contratação. De 5 a 6 pontos – 80% do valor da contratação. Acima de 6 pontos – 70% do valor da contratação. |
| Sanções | De 3 a 6 pontos – multa de até 5% sobre o valor da contratação; Acima de 6 pontos – multa de até 10% sobre o valor da contratação; |
| Observações | Não se aplica |



Documento assinado eletronicamente por **LUCIENE MARQUES DA SILVA, Papiloscopista Policial Federal**, em 23/11/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA DE JESUS ROSCIA, Papiloscopista Policial Federal**, em 23/11/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRASILIO CALDEIRA BRANT, Diretor(a)**, em 23/11/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO TORRES AVELAR, Diretor Executivo**, em 23/11/2022, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25929771** e o código CRC **AE211918**.